

Risco alimentar afeta 15 mil famílias e cresce busca por comida de até R\$ 2 no ABC

George Garcia



Com demanda crescente por alimentação, prefeitura de São Caetano extingue definitivamente o Nosso Prato. (Fotos: Letícia Teixeira/PMSCS)

Mesmo com programas de alimentação, como Bom Prato e Restaurante Popular, o ABC tem 15 mil famílias em risco alimentar grave. Só o Bom Prato fornece na região cerca de 10 mil refeições por dia, além de organizações não governamentais que distribuem refeições à população em situação de vulnerabilidade ou que vive nas ruas. O contraste dessa situação foi o fechamento do Restaurante Nosso Prato, de São Caetano, gerido pela Prefeitura. O projeto de lei, de autoria do prefeito Tite Campanella (Republicanos), foi aprovado pela Câmara terça-feira (09/6) com a justificativa de que apenas 37 pessoas faziam uso regular do serviço. Mas o CadInsan (Indicador de Risco de Insegurança Alimentar e Nutricional) feito a partir dos dados do Cadastro Único mostra que pelo menos 191 famílias do município vivem à margem da fome.

De acordo com o Ministério da Saúde, o Risco Alimentar e Nutricional Grave é a condição da família que tem quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os seus membros, inclusive das crianças, e inclui a experiência de fome. O MDS

(Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome) realizou, com base no CadÚnico, o levantamento das famílias nestas condições. No ABC, das 139.172 famílias inscritas no cadastro, 15.032, ou 10,8% do total, estão em risco alimentar grave e fazem parte do CadInsan.

Fim do Nosso Prato em São Caetano

A região tem restaurantes populares, programa do governo federal, e unidades Bom Prato, do governo do Estado. O primeiro tem refeições a R\$ 2 e o estadual, a R\$ 1. No caso de São Caetano, o Restaurante Nosso Prato foi uma iniciativa municipal, implantada em 2023 que, inicialmente, atendia somente a moradores da cidade identificados com o antigo Cartão São Caetano. Com a Justiça, que considera inconstitucional a exigência desse cartão, foi determinada a universalidade do atendimento. O restaurante funcionou até o fim do ano passado quando a Prefeitura fechou a unidade. Ao alegar o atendimento reduzido de pessoas em situação de rua e a despesa total de R\$ 280 mil mensais, a Prefeitura justificou o fechamento. Com a aprovação do projeto que extinguiu a lei que criava o restaurante Nosso Prato, a Prefeitura encerra de vez o investimento neste modelo de atendimento.

Indicador de risco alimentar grave no ABC

Cidades	Famílias		
	Em Risco grave	Inscritas no CadÚnico	% de famílias no CadÚnico com risco grave
Diadema	2.371	24.144	9,8%
Mauá	2.357	21.159	11,1%
Ribeirão Pires	496	5.007	9,9%
Rio Gde. da Serra	453	3.884	11,7%
Santo André	4.348	38.337	11,3%
São Bernardo	4.866	43.484	11,2%
São Caetano	191	3.157	6,1%
ABC	15.082	139.172	10,8%

Fonte: CADISAN - MDS

Além do custo, entre as justificativas apresentadas para encerrar definitivamente o projeto do Restaurante Nosso Prato, Campanella apontou, em sua mensagem ao Legislativo, incômodo com os usuários do serviço. “Impactos negativos ao comércio local, conforme abaixo-assinado subscrito por moradores e comerciantes,

que relatam aumento de aglomerações, ruídos, desconforto de grandes filas, situações de insegurança e queda de receitas do comércio”, diz.

Para Melissa Terron, superintendente da ONG Ficar de Bem, gestora dos restaurantes Bom Prato em São Bernardo, Santo André e Diadema, o foco apenas na população em situação de rua é errado. “Trata-se de segurança alimentar que não é só para quem está na miséria. Temos trabalhadores que utilizam esses serviços, idosos sozinhos que, com a aposentadoria, só conseguem pagar o aluguel e os remédios, temos mães e seus filhos. Eu encontrei um rapaz que gerencia um estabelecimento comercial que disse só ter conseguido se formar na faculdade de administração de empresas porque economizava almoçando todos os dias no Bom Prato”, exemplifica.

Além dos endereços fixos do Bom Prato, há o Bom Prato Móvel, um caminhão que estaciona em local pré-determinado nos bairros onde, perto da hora do almoço, já se formam filas. Se nos restaurantes a média de atendimento é estável, no Bom Prato Móvel ela cresce toda semana, segundo relata Melissa. “Distribuímos 300 marmitas em 35 minutos. Todos os municípios do ABC precisam desse atendimento, porque os benefícios sociais não contemplam tudo que as famílias precisam e nem todas essas pessoas estão cadastradas em programas sociais”, afirma.

ABC

No caso de São Caetano, as 191 famílias em risco alimentar grave correspondem a 6,1% dos cadastrados no CadÚnico. O maior percentual, 11,7%, foi verificado em Rio Grande da Serra, que tem 3.884 famílias no CadÚnico e 453 delas com dificuldades graves de alimentação. Em Santo André, o percentual é de 11,3%; das 38.337 famílias no cadastro, 4.348 estão em risco alimentar. Em São Bernardo a porcentagem dos inscritos no cadastro único que estão na faixa de risco alimentar grave é de 11,2%, são 4.866 famílias. Em seguida vem Mauá, com 11,1% (2.357 famílias); Ribeirão Pires aparece com 9,9% dos cadastrados em risco grave (496 famílias); e Diadema com 9,8% (2.371 famílias).

A entrega de cestas básicas nem sempre resolve o problema. Segundo Melissa, falta complementar essa alimentação e não adianta a cesta se a família não tem meios para preparar o alimento. “Na cesta básica falta proteína, falta legume e verdura. Tem pessoas que não têm gás, outras nem fogão”, diz a superintendente da ONG, que além de gerir os restaurantes Bom Prato também realiza outros trabalhos sociais, como abordagem de pessoas em situação de rua, com oferta de marmitas.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3842893/risco-alimentar-afeta-15-mil-familias-e-cresce-busca-por-comida-de-ate-r-2-no-abc/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Cidades